

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

22

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

Enfoque Econômico é uma publicação do IPECE que tem por objetivo fornecer informações de forma imediata sobre políticas econômicas, estudos e pesquisas de interesse da população cearense. Por esse instrumento informativo o IPECE espera contribuir para a disseminação, de forma objetiva, do conhecimento sobre temas relevantes para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará.

Investimentos do Governo do Ceará cresceram 16,61%, em 2025, impulsionados por recursos próprios.

1 - Introdução

A situação fiscal é um importante condicionante para o desenvolvimento econômico de um país, sendo acompanhada de forma meticulosa por diversos setores da sociedade. Espera-se que o equilíbrio das contas públicas contribua para a estabilidade financeira, influencie os investimentos e permita o ente público melhor se adaptar a choques econômicos.

No Brasil, as contas públicas são, continuamente, objeto de escrutínio público, porém as contas públicas estaduais e municipais não recebem a mesma atenção que as devotadas para as finanças públicas da União. Deve-se, porém, observar que o desequilíbrio fiscal dos entes subnacionais afetará diretamente a vida dos cidadãos, dado que esse desequilíbrio poderá resultar em maior restrição à prestação de serviços públicos pelo ente afetado.

Nesse sentido, pretende-se com esse Enfoque analisar o equilíbrio orçamentário do Estado do Ceará e a disponibilidade de receitas, tanto no último bimestre como no acumulado do ano corrente. Para essa tarefa foram usados os Anexos 01 e 03 do RREO (Relatório Resumido de Execução Orçamentária) disponíveis no site do Siconfi (Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro).

Deve-se mencionar, de forma explícita, que a análise da situação orçamentária bimestral não constitui um elemento conclusivo, *per se*, de deterioração fiscal estadual, devendo-se considerar tanto a evolução dos bimestres anteriores como da execução acumulada do ano. A análise bimestral, porém, fornece indícios importantes para a orientação da execução orçamentária nos bimestres seguintes.

Esse Enfoque está organizado em quatro seções, sendo a primeira essa introdução. Na segunda seção são apresentados o balanço orçamentário do Estado do Ceará, tanto bimestral como acumulado no ano, como os indicadores usados para mensurar a situação orçamentária do Ceará. Na terceira seção é apresentado o comportamento da RCL (Receita Corrente Líquida) do Ceará. Na quarta e última seção são tecidos alguns comentários conclusivos.

2 - Balanço Orçamentário¹

Para análise do equilíbrio fiscal do Estado do Ceará optou-se por utilizar alguns indicadores contábeis propostos por Lima e Diniz², que são os seguintes:

Participação da Receita Corrente (PRC): É a representatividade das receitas correntes em relação ao total arrecadado pelo Governo. Quanto mais próximo de 100 for essa relação maior a capacidade do setor público de financiar suas operações sem recorrer a capitais de terceiros.

¹ A partir dessa edição optou-se por deduzir, para as informações do ano de 2019, os valores das transferências constitucionais para os municípios das receitas correntes e tributária como das despesas correntes. Essa decisão é justificada pelo fato dessa informação ter sido excluída do Anexo 1 do RREO a partir do ano de 2022.

² LIMA, Severino C., DINIZ, Josenildo A.. Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental. 1º Edição, 2º reimpr., São Paulo: Atlas. 2016.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

22

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

$$PRC = 100 * \frac{ReceitaCorrente}{ReceitaOrçamentáriaTotal}$$

Participação da Despesa Corrente (PDC): Relação entre a despesa corrente e a total, revela o quanto dos gastos totais é comprometido com despesas operacionais destinadas a manutenção do ente público. Um valor próximo de 100 indica que a maior parte do gasto público está comprometida com seu funcionamento e operacionalização, comprometendo a capacidade de investimento do ente público.

$$PDC = 100 * \frac{DespesaCorrente}{DespesaOrçamentáriaTotal}$$

Resultado da Execução Orçamentária (REO): Relação entre a receita e a despesa executada. Permite identificar se o governo está apresentando resultado *superavitário* (quando seu valor for maior que 100), *deficitário* (quando menor que 100) ou em equilíbrio (igual a 100).

$$REO = 100 * \frac{ReceitaRealizada}{DespesaExecutada}$$

Cobertura de Custeio (CC): Relação entre as receitas e despesas correntes, quanto menor for esse indicador menor a capacidade do governo de ampliar os serviços prestados à população, comprometendo sua capacidade de investimento. Dessa forma valores mais altos indicam uma melhor condição financeira do ente público.

$$CC = 100 * \frac{ReceitaCorrente}{DespesaCorrente}$$

Capacidade de Geração de Poupança (CGP): Esse indicador é usado para mensurar a capacidade do setor público de entregar resultado operacional positivo, implicando em sua capacidade de financiar seus investimentos com recursos próprios. Deve-se ressaltar que valores negativos podem ser resultado da aplicação de reservas financeiras acumuladas anteriormente, não significando uma execução desfavorável.

$$CGP = 100 * \frac{ReceitaCorrente - DespesaCorrente}{ReceitaCorrente}$$

Resultado Nominal (RN): Esse indicador também é conhecido como a Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP). Resultados positivos sinalizam que a dívida pública está diminuindo e resultados negativos sinalizam o seu crescimento. Deve-se mencionar que o indicador tratado nesse Enfoque é diferente daquele apresentado no Anexo 06 do RREO.

$$RN = ReceitaOrçamentária - OperaçõesdeCrédito - DespesaOrçamentária$$

Regra de Ouro (RO): Nesse indicador busca-se identificar se os recursos das operações de crédito estão sendo usados para financiar gastos correntes. Pela fórmula de seu cálculo percebe-se que valores menores que 0 representam uma situação orçamentária favorável. Deve-se ressaltar que a Regra de Ouro calculada nesse Enfoque difere daquela apresentada no Anexo 09 do RREO, em que são deduzidos alguns incentivos fiscais a contribuintes.

$$RO = OperaçõesdeCrédito - DespesasdeCapital$$

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

INSTITUTO DE ECONOMIA E CONTABILIDADE DO CEARÁ

22



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

2.1 - No Bimestre

Para analisar a execução orçamentária do Estado do Ceará foram usados os dados contantes no Anexo 01 - Balanço Orçamentário do RREO presentes nos relatórios do SICONFI. Dessa forma apresenta-se na Tabela 1 as informações do sexto bimestre do ano corrente, do ano imediatamente anterior e do ano de 2019. A escolha desse último ano foi motivada pela intenção de identificar possíveis mudanças de médio prazo e pelo fato de anteceder a crise sanitária, que teve importantes reflexos na execução orçamentária dos anos de 2020 e 2021, ocasionada pela pandemia de Covid-19.

Assim analisando-se a Tabela 1, em que são apresentados os dados agregados de despesas e receitas do sexto bimestre, a primeira informação relevante é que as receitas correntes respondiam, no ano de 2024, por mais de 93% das receitas orçamentárias do Estado do Ceará. Observa-se, adicionalmente, que as receitas correntes do sexto bimestre cresceram 41,64%, entre 2019 e 2025, e 8,38%, entre 2024 e 2025.

O desempenho das receitas correntes, mencionado no parágrafo anterior, foi influenciado, positivamente, pela dinâmica das transferências correntes que apresentaram incremento de 36,55%, de 2019 a 2025, e 17,81%, entre 2024 e 2025. Já as receitas de impostos e taxas, entre os anos de 2019 e 2025, cresceram 37,54% e 1,03%, entre os anos de 2024 e 2025. Como consequência do pior desempenho das receitas de impostos, entre 2024 e 2025, observa-se que sua participação nas receitas orçamentárias foi reduzida de 41,06%, em 2024, para 34,27%, em 2025, ou seja, houve redução na capacidade de financiar os gastos estaduais com recursos próprios (impostos e taxas).

Já as receitas de capital apresentaram, entre os anos de 2019 e 2025, decréscimo de 7,42%. Destacando-se, entre elas, a redução de 6,47% das operações de crédito. Se a comparação for com o ano de 2024 houve as receitas de capital cresceram 204,09% e as operações de crédito 309,44%.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

INSTITUTO DE PESQUISA E CONTABILIDADE ECONÔMICA DO CEARÁ

22



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

Tabela 1: Execução Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará no Bimestre (R\$ 1.000.000 de 12/2025)

Conta	2019	AV	2024	AV	2025	AV	Δ (%) 2025/2019	Δ (%) 2025/2024
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.593,70	100,00	8.177,48	100,00	9.900,73	100,00	30,38	21,07
RECEITAS CORRENTES	5.851,53	77,06	7.647,07	93,51	8.287,82	83,71	41,64	8,38
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.466,67	32,48	3.357,89	41,06	3.392,61	34,27	37,54	1,03
CONTRIBUIÇÕES	303,31	3,99	567,50	6,94	551,66	5,57	81,88	-2,79
RECEITA PATRIMONIAL	45,51	0,60	334,92	4,10	399,71	4,04	778,30	19,35
RECEITA DE SERVIÇOS	32,28	0,43	155,85	1,91	144,01	1,45	346,12	-7,60
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.591,85	34,13	3.004,07	36,74	3.539,13	35,75	36,55	17,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	411,91	5,42	226,83	2,77	260,71	2,63	-36,71	14,93
RECEITAS DE CAPITAL	1.742,18	22,94	530,41	6,49	1.612,92	16,29	-7,42	204,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.403,99	18,49	320,71	3,92	1.313,11	13,26	-6,47	309,44
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,65	0,01	10,37	0,13	7,81	0,08	1.107,53	-24,61
ALIENAÇÃO DE BENS	0,13	0,00	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	336,28	4,43	199,33	2,44	284,79	2,88	-15,31	42,87
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.401,61	100,00	9.289,40	100,00	10.029,55	100,00	35,50	7,97
DESPESAS CORRENTES	5.801,48	78,38	7.740,79	83,33	8.041,11	80,17	38,60	3,88
PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	3.163,70	42,74	3.935,15	42,36	4.122,10	41,10	30,29	4,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	124,48	1,68	237,13	2,55	132,65	1,32	6,56	-44,06
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	2.513,30	33,96	3.568,51	38,41	3.786,36	37,75	50,65	6,10
DESPESAS DE CAPITAL	1.600,13	21,62	1.548,61	16,67	1.988,44	19,83	24,27	28,40
INVESTIMENTOS	1.332,71	18,01	1.132,97	12,20	1.634,33	16,30	22,63	44,25
INVERSÕES FINANCEIRAS	36,86	0,50	34,05	0,37	147,77	1,47	300,91	333,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	230,56	3,11	381,59	4,11	206,35	2,06	-10,50	-45,92

Fonte: STN/SICONFI, Anexo 01 RREO. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

22

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

Em relação as despesas, que também são apresentadas na Tabela 1, conta-se que, nos três anos em análise, as despesas correntes representavam mais de 78% das despesas orçamentárias. Outra informação relevante, encontrada na Tabela 1, é o crescimento de 38,60%, entre 2019 e 2025, e 3,88%, entre 2024 e 2025, das despesas correntes. É importante destacar que o crescimento de ambos os períodos foi inferior ao da receita corrente que foi mencionado anteriormente.

Entre as despesas correntes o crescimento de 30,29% do gasto com Pessoal, entre os anos de 2019 e 2025, chama a atenção, pois é inferior ao verificado nas despesas correntes e mencionado no parágrafo anterior. Já o desempenho dos investimentos, especialmente quando a referência for o ano de 2024, destaca-se positivamente, tendo crescido 44,25%.

Os resultados dos indicadores financeiros e fiscais do sexto bimestre, que foram citados anteriormente, são apresentados na Tabela 2. Inicialmente deve-se mencionar que tanto os indicadores de Participação das Receitas Correntes (PRC) como das Despesas Correntes (PDC) coincidem com a análise vertical da Tabela 1, assim, constata-se facilmente que as receitas correntes, nos três anos em questão, respondem por parcela expressiva das receitas estaduais.

Tabela 2: Indicadores de Sustentabilidade Orçamentária no Bimestre (R\$ 1.000.000 de 12/2025)

Conta	2019	2024	2025
PRC	77,06	93,51	83,71
PDC	78,38	83,33	80,17
REO	102,60	88,03	98,72
CC	100,86	98,79	103,07
CGP	0,86	-1,23	2,98
RN	-1.211,90	-1.432,64	-1.441,93
RO	-196,13	-1.227,90	-675,33

Fonte: STN/SICONFI. Elaboração Própria.

Atualizado pelo IPCA.

O indicador de Resultado da Execução Orçamentária (REO) e o indicador de Resultado Nominal (RN), do sexto bimestre de 2025, evidenciam que a execução orçamentária foi *deficitária*. O indicador de Cobertura de Custeio (CC) explicita que as receitas correntes, em 2025, estão maiores do que as despesas correntes, entretanto, observa-se que o indicador da Regra de Ouro (RO) apresentou valor negativo. Dessa forma, pode-se concluir que há evidências que apontam para o desequilíbrio das contas públicas cearenses no sexto bimestre de 2025.

Entretanto, deve-se mencionar que o equilíbrio orçamentário bimestral deve ser interpretado com algum cuidado, dado que é um resultado conjuntural, sendo necessário uma análise do acumulado no ano para que se possa ter uma melhor ideia do desenvolvimento da política fiscal estadual, tornando necessário o acompanhamento das contas públicas ao longo do ano.

2.2 - Acumulado no ano

O resumo da execução orçamentária do Governo do Estado do Ceará, até o final do sexto bimestre de 2025, ou seja, no acumulado do ano, é apresentado na Tabela 3, sendo possível constatar que as receitas correntes apresentaram incremento de 4,62%, entre 2024 e 2025, e crescimento de 36,91%, entre 2019 e 2025. No período mais curto, o desempenho foi impulsionado pelo aumento de 3,82% na arrecadação de tributos, enquanto no período mais longo a principal influência veio da evolução de 48,76% nas transferências correntes.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

INSTITUTO DE ECONOMIA E FINANÇAS DO CEARÁ

22



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

É mister destacar que as receitas oriundas de impostos e taxas apresentaram performance inferior, entre os anos de 2019 e 2025, ao verificado nas transferências, dado que elas avançaram 19,33%, no referido período, enquanto as transferências superaram a marca dos 39% de incremento. Esse comportamento resultou na redução da participação das receitas próprias, de 46,17%, em 2019, para 39,33%, em 2025, ou seja, houve diminuição da autonomia tributária do estado. Destaque-se que esse fato está correlacionado com a redução da alíquota de ICMS promovida em meados de 2022.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTUDOS ECONÔMICOS DO CEARÁ

22



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

Tabela 3: Execução Orçamentárias do Governo do Estado do Ceará no Acumulado do Ano (R\$ 1.000.000 de 12/2025)

Conta	2019	AV	2024	AV	2025	AV	Δ (%) 2025/2019	Δ (%) 2025/2024
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	32.818,38	100,00	41.120,30	100,00	45.966,40	100,00	40,06	11,79
RECEITAS CORRENTES	30.365,45	92,53	39.738,35	96,64	41.573,04	90,44	36,91	4,62
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	15.150,80	46,17	17.413,96	42,35	18.079,17	39,33	19,33	3,82
CONTRIBUIÇÕES	1.223,06	3,73	1.662,95	4,04	1.799,11	3,91	47,10	8,19
RECEITA PATRIMONIAL	645,51	1,97	1.300,39	3,16	1.456,10	3,17	125,58	11,97
RECEITA DE SERVIÇOS	231,40	0,71	685,43	1,67	643,33	1,40	178,01	-6,14
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,02	0,00	0,00	0,00	-13,10	-91,70
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.155,22	37,04	17.609,04	42,82	18.081,96	39,34	48,76	2,69
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	959,46	2,92	1.066,56	2,59	1.513,37	3,29	57,73	41,89
RECEITAS DE CAPITAL	2.452,93	7,47	1.381,96	3,36	4.393,36	9,56	79,11	217,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.919,08	5,85	988,38	2,40	3.810,97	8,29	98,58	285,58
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,65	0,00	55,22	0,13	52,56	0,11	8.022,17	-4,82
ALIENAÇÃO DE BENS	14,07	0,04	6,51	0,02	0,02	0,00	-99,89	-99,76
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	517,53	1,58	331,84	0,81	522,62	1,14	0,98	57,49
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	N/A	N/A	N/A	N/A	2.728,24	5,94	N/A	N/A
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.318,92	100,00	41.937,76	100,00	44.848,52	100,00	43,20	6,94
DESPESAS CORRENTES	26.683,32	85,20	35.848,48	85,48	38.167,72	85,10	43,04	6,47
PESSOAL, E ENCARGOS SOCIAIS	16.186,65	51,68	19.964,13	47,60	21.026,58	46,88	29,90	5,32
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	859,87	2,75	1.309,29	3,12	1.094,54	2,44	27,29	-16,40
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.636,81	30,77	14.575,06	34,75	16.046,59	35,78	66,51	10,10
DESPESAS DE CAPITAL	4.635,60	14,80	6.089,28	14,52	6.680,80	14,90	44,12	9,71
INVESTIMENTOS	3.076,10	9,82	4.057,54	9,68	4.731,37	10,55	53,81	16,61
INVERSÕES FINANCEIRAS	211,08	0,67	158,43	0,38	334,12	0,74	58,29	110,89
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.348,42	4,31	1.873,31	4,47	1.615,31	3,60	19,79	-13,77

Fonte: STN/SICONFI, Anexo 01 RREO. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

22

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

Em relação as despesas correntes, ainda na Tabela 3, percebe-se que elas cresceram mais do que as receitas correntes, quando se considera ambos os períodos em análise. A participação das despesas correntes no gasto total do estado apresentou-se relativamente estável, mantendo-se no patamar de 85% nos anos em análise.

O gasto com pessoal, que é a principal despesa do Governo cearense, registrou crescimento de 29,90%, entre 2019 e 2025, valor inferior ao das despesas correntes, e 5,32% nos dois últimos anos. Por seu lado as despesas com investimentos apresentaram crescimento de 53,81%, entre 2019 e 2025, e de 16,61%, entre 2024 e 2025.

Os indicadores com os dados acumulados até o final do segundo bimestre de cada ano são apresentados na Tabela 4, sendo possível afirmar que, exceto pelo indicador de Resultado Nominal (RN), sinalizam para o equilíbrio das contas públicas estaduais no ano de 2025. É interessante observar que os indicadores de Resultado da Execução Orçamentária (REO), Cobertura de Custeio (CC) e Capacidade de Geração de Poupança sinalizam que a receita corrente do Governo Estadual supera a despesa corrente. Também se observa que o *déficit* fiscal, representado pelo Resultado Nominal (RN), em 2025, é pior do que o registrado no ano anterior. Deve-se mencionar que esse resultado é uma decorrência da operação de crédito contratadas, especialmente, ao longo do segundo semestre de 2025.

Tabela 4: Indicadores de Sustentabilidade Orçamentária no Acumulado do Ano (R\$ 1.000.000 de 12/2025)

Conta	2019	2024	2025
PRC	92,53	96,64	90,44
PDC	85,20	85,48	85,10
REO	104,79	98,05	102,49
CC	113,80	110,85	108,92
CGP	12,13	9,79	8,19
RN	-419,62	-1.805,83	-2.693,09
RO	-2.716,52	-5.100,91	-2.869,84

Fonte: STN/SICONFI. Elaboração Própria.

Atualizado pelo IPCA.

Em relação a Regra de Ouro (RO) contata-se, ainda na Tabela 4, que as despesas de capital têm superado as receitas oriundas das operações de crédito, podendo-se afirmar que os Estado não está se endividando para financiar seus investimentos.

3 - RCL

Para complementar a análise do balanço orçamentário do Estado optou-se por apresentar a versão resumida do demonstrativo da Receita Corrente Líquida do Estado, constante no Anexo 03 do RREO. Porém, deve-se alertar que as informações desse Anexo não podem ser comparadas diretamente com as do Anexo 01, que foi utilizado na análise do equilíbrio orçamentário, dado que as informações de receitas desse último relatório já estão líquidas das deduções.

3.1 - No Bimestre

Dessa forma são apresentadas, na Tabela 5, as informações da RCL do sexto bimestre dos anos de 2019, 2024 e 2025. Observa-se, na referida Tabela, que a RCL do estado do Ceará cresceu, entre 2019 e 2025, 38,80% e 9,00%, entre 2024 e 2025.

O desempenho da RCL é justificado, principalmente, pelo comportamento verificado na rubrica transferências correntes, que cresceram 39,38%, entre 2019 e 2025, e 17,16%, entre 2024 e 2025.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

22

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

Em relação ao ICMS percebe-se, ainda na Tabela 5, que as receitas no sexto bimestre de 2025 estavam 17,17% acima daquelas arrecadadas em 2019 e pouco abaixo das verificadas em 2024. Assim, constata-se que o maior dinamismo da arrecadação desse tributo ocorreu até o ano de 2024.

Tabela 5: RCL do Governo do Estado do Ceará no Bimestre (R\$ 1.000.000 de 12/2025)

Conta	2019	2024	2025	Δ (%) 2025/2019	Δ (%) 2025/2024
RECEITAS CORRENTES (I)	7.570,09	9.843,77	10.541,69	39,25	7,09
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.799,04	5.016,91	5.036,77	32,58	0,40
ICMS	3.373,91	4.025,53	3.953,07	17,17	-1,80
IPVA	72,54	78,59	99,89	37,70	27,11
ITCD	18,46	26,32	40,02	116,82	52,08
IRRF	371,43	699,65	734,62	97,78	5,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-37,30	186,82	209,17	-660,78	11,96
Contribuições	304,43	568,19	552,12	81,36	-2,83
Receita Patrimonial	45,72	335,28	400,05	774,92	19,32
Rendimentos de Aplicação Financeira	39,71	124,57	192,73	385,37	54,71
Outras Receitas Patrimoniais	6,02	210,71	207,33	3.345,39	-1,61
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	-100,00	-100,00
Receita de Serviços	32,52	156,26	144,21	343,47	-7,71
Transferências Correntes	2.975,59	3.539,85	4.147,35	39,38	17,16
Cota-Parte do FPE	1.851,50	2.617,63	2.816,15	52,10	7,58
Transferências da LC nº 61/1989	13,47	11,90	8,88	-34,05	-25,40
Transferências do FUNDEB	392,97	588,22	651,33	65,74	10,73
Outras Transferências Correntes	717,65	322,10	670,99	-6,50	108,32
Outras Receitas Correntes	412,80	227,29	261,18	-36,73	14,91
DEDUÇÕES (II)	2.011,35	2.765,43	2.826,32	40,52	2,20
Transferências Constitucionais e Legais	817,31	1.034,16	1.050,56	28,54	1,59
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	304,43	568,19	552,08	81,35	-2,83
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	16,87	12,74	3,70	-78,08	-70,97
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	5,14	28,36	0,00	451,36
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	872,75	1.145,20	1.191,62	36,54	4,05
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	5.558,74	7.078,34	7.715,37	38,80	9,00
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF)	5,64	0,00	1,00	-82,31	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	5.553,10	7.078,34	7.714,37	38,92	8,99
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	0,00	150,57	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	5.553,10	7.078,34	7.563,80	36,21	6,86

Fonte: STN/SICONFI, Anexo 03 RREO. Elaboração Própria.
Atualizado pelo IPCA.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

22

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

3.2 - Acumulada no Ano

Os dados da RCL acumulada até o sexto bimestre são apresentados na Tabela 6, sendo possível constatar crescimento de 3,72%, entre 2024 e 2025, e, de 2019 a 2025, 35,49% na RCL estadual. Verifica-se, mais uma vez, que esse comportamento é justificado pelo desempenho das receitas de transferências, cujo incremento, no período mais longo, foi de 48,36%.

Quanto ao ICMS constata-se que o valor arrecadado até o final do sexto bimestre de 2025 superou em 1,13% o registrado em idêntico período de 2024, e 16,49%, quando compara-se com 2019. Destaque-se que, nos períodos de 2021 a 2024, a legislação de ICMS passou por significativas mudanças, como a redução da alíquota de ICMS, cobrado em produtos como combustíveis e eletricidade, promovida em meados de 2022, e a majoração da alíquota modal de ICMS, do Estado do Ceará, ao final de 2023, afetando, tanto negativamente como positivamente, a arrecadação desse tributo.

Tabela 6: RCL do Governo do Estado do Ceará no Acumulado do Ano (R\$ 1.000.000 de 12/2025)

Conta	2019	2024	2025	Δ (%) 2025/2019	Δ (%) 2025/2024
RECEITAS CORRENTES (I)	41.187,51	53.277,05	55.196,18	34,01	3,60
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	23.659,37	27.606,76	28.337,07	19,77	2,65
ICMS	18.663,09	21.496,61	21.740,10	16,49	1,13
IPVA	1.474,53	2.131,66	2.206,78	49,66	3,52
ITCD	806,12	135,14	251,37	-68,82	86,01
IRRF	1.711,60	2.661,57	2.878,54	68,18	8,15
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.004,03	1.181,78	1.260,27	25,52	6,64
Contribuições	1.245,59	1.689,19	1.816,72	45,85	7,55
Receita Patrimonial	659,80	1.325,05	1.472,95	123,24	11,16
Rendimentos de Aplicação Financeira	437,28	1.036,17	1.163,90	166,17	12,33
Outras Receitas Patrimoniais	222,52	288,88	309,05	38,89	6,98
Receita Agropecuária	0,00	0,02	0,00	-12,00	-91,76
Receita de Serviços	236,25	697,78	654,51	177,05	-6,20
Transferências Correntes	14.413,49	20.870,61	21.384,22	48,36	2,46
Cota-Parte do FPE	10.017,11	14.144,16	14.759,37	47,34	4,35
Transferências da LC nº 61/1989	55,81	63,94	48,17	-13,68	-24,66
Transferências do FUNDEB	2.387,67	3.377,62	3.718,48	55,74	10,09
Outras Transferências Correntes	1.952,90	3.284,88	2.858,21	46,36	-12,99
Outras Receitas Correntes	973,02	1.087,65	1.530,72	57,32	40,74
DEDUÇÕES (II)	11.542,82	14.552,71	15.029,38	30,21	3,28
Transferências Constitucionais e Legais	5.198,61	6.376,57	6.524,10	25,50	2,31
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	1.245,59	1.689,19	1.816,58	45,84	7,54
Compensações Financ. entre Regimes Previdência	86,12	61,06	37,06	-56,97	-39,31
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	0,00	104,72	120,81	0,00	15,37
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	5.012,51	6.321,17	6.530,83	30,29	3,32
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	29.644,69	38.724,34	40.166,80	35,49	3,72

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

22

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

Conta	2019	2024	2025	Δ (%) 2025/2019	Δ (%) 2025/2024
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	16,51	57,42	53,19	222,04	-7,38
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	24.365,58	38.666,91	40.113,62	64,63	3,74
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	0,00	153,29	150,79	0,00	-1,63
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	24.365,58	38.513,63	39.962,83	64,01	3,76

Fonte: STN/SICONFI, Anexo 03 RREO. Elaboração Própria.

Atualizado pelo IPCA.

Obs.: A RCL ajustada, tanto para o endividamento como despesa de pessoal, do ano de 2019 só foi divulgada de março em diante.

4 - Sumário

O Estado do Ceará apresentou, considerando-se o acumulado até dezembro de 2025, evidências de que suas contas estão em equilíbrio. Entretanto deve-se ressaltar que, comparativamente a 2024, as despesas correntes cresceram mais do que as receitas correntes e o indicador de Resultado nominal sinalizaram a ocorrência de uma situação *deficitária*;

1. Considerando-se apenas o resultado bimestral constatou-se que o sexto bimestre de 2025 apresentou sinais de deterioração fiscal, dado que os indicadores de Resultado Nominal e Resultado da Execução Orçamentária apresentaram resultados que evidenciam a situação de *déficit* fiscal;
2. As receitas de transferências cresceram significativamente, no período 2019 a 2025, contribuindo para a redução da independência tributária do Estado do Ceará;
3. A principal despesa é a de pessoal, cujo crescimento acumulado de 2025, de 29,90%, entre os anos de 2019 e 2025, foi inferior ao observado nas despesas correntes;
4. Os indicadores utilizados no trabalho, de uma forma geral, apontam à sustentabilidade orçamentária do Estado do Ceará no ano de 2025, apesar de ser possível identificar alguns sinais de alerta.

ENFOQUE ECONÔMICO

IPECE

22

CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO
PLANEJAMENTO E GESTÃO

Nº 313 – Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Sexto Bimestre de 2025

Governador do Estado do Ceará
Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Estado do Ceará
Jade Afonso Romero

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Alexandre Sobreira Cialdini – Secretário
Caio Hugo Carvalho Vitor - Secretário Executivo de Gestão de Compras e Patrimônio
José Garrido Braga Neto - Secretário Executivo de Gestão de Pessoas
Naiana Corrêa Lima Peixoto - Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento
Daniel de Carvalho Bentes - Secretário Executivo de Modernização e Governo Digital
Francisca Rejane Araujo Felipe Pessoa de Albuquerque - Secretária executiva de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

José Meneleu Neto

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

ENFOQUE ECONÔMICO – Nº 313 – Fevereiro/2026

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Título:

Avaliação da Execução Orçamentária do Governo do Estado do Ceará no Quarto Bimestre de 2025

Elaboração:

Paulo Araújo Pontes (Analista de Políticas Públicas)